



EXAME DE APTIDÃO PROFISSIONAL – EAP TEN/2015

EAP 1º TEN QOPM/QOC

(Edital nº 13/2014, de 10 de dezembro de 2014).

NOME: _____

LOCAL DE PROVA: _____ **SALA:** _____

DATA: 11/04/2015

ORIENTAÇÕES AOS CANDIDATOS:

1. Prova sem consulta.
2. Abra este caderno de prova somente quando autorizado.
3. Esta prova contém 40 (quarenta) questões, valendo 2,5 (dois vírgula cinco) pontos cada e valor total de 100 (cem) pontos.
4. Para cada questão existe somente uma resposta correta.
5. Responda as questões e marque a opção desejada na folha de respostas, usando caneta (tinta azul ou preta).
6. Não será admitido nenhum tipo de rasura na folha de respostas. As questões rasuradas ou em branco ou com dupla marcação serão consideradas nulas para o candidato.
7. O tempo máximo permitido para a realização da prova objetiva será de 180 (cento e oitenta) minutos incluindo o preenchimento da folha de respostas.
8. É proibido o uso de máquinas calculadoras, telefones celulares ou outros similares e o porte de arma de fogo.
9. Iniciadas as provas, os candidatos somente poderão deixar a sala, e a esta retornar, exclusivamente para uso de sanitários ou bebedouros, somente após transcorridos o tempo mínimo de 01:00 (uma hora), e devidamente acompanhados por fiscal do exame.
10. Ao final da prova, entregue ao aplicador a folha de respostas da prova objetiva e caderno de prova, devidamente preenchidos, assinados e conferidos.

1ª QUESTÃO – Considerando os requisitos para ingresso no Quadro de Oficiais da Polícia Militar – QOPM, e Quadro de Oficiais Complementar – QOC, em conformidade com o disposto na Lei n. 5.301/69, que contém o Estatuto dos Militares do Estado de Minas Gerais, é CORRETO afirmar que:

- A. () Para fins da comprovação da idoneidade moral, para o ingresso no QOPM/QOC, o candidato deverá apresentar certidões negativas de antecedentes criminais fornecidas pelas Justiças Federal, Estadual e Militar e não poderá estar indiciado em inquérito comum ou militar ou sendo processado criminalmente por crime doloso ou culposo contra a vida e/ou patrimônio.
- B. () O requisito idade (ter entre 18 e 30 anos de idade na data da inclusão) aplicável apenas ao QOPM, será exigido, inclusive, dos militares da PMMG, salvo se, na data da matrícula no curso, possuam, no máximo, vinte anos de efetivo serviço, a ser comprovado até a data da apresentação da documentação prevista no edital do concurso.
- C. () Para ingresso no QOPM, é exigido o título de bacharel em Direito, obtido em estabelecimento reconhecido pelo sistema de ensino federal, estadual ou do Distrito Federal, sendo o respectivo concurso público realizado com a participação da Ordem dos Advogados do Brasil.
- D. () Para o preenchimento de cargos no QOC, os militares, para ingressarem no Curso de Habilitação de Oficiais, deverão possuir, no máximo, vinte e quatro anos de serviço, a ser comprovado até a data da matrícula.

2ª QUESTÃO – O Adicional de Desempenho - ADE - constitui vantagem remuneratória, concedida mensalmente ao militar que tenha ingressado na PMMG após a publicação da Emenda à Constituição nº 57, de 15 de julho de 2003. De acordo com o disposto na Lei n. 5.301/69, que contém o Estatuto dos Militares do Estado de Minas Gerais. Sobre o ADE, é CORRETO afirmar que:

- A. () O valor do ADE a ser pago ao militar será calculado por meio da multiplicação do percentual de sua remuneração básica pela centésima parte do resultado obtido na Avaliação de Desempenho Individual (ADI) no ano de cálculo do ADE.
- B. () O somatório de percentuais de ADE e de adicionais por tempo de serviço na forma de quinquênio ou trintenário não poderá exceder a 90% (noventa por cento) da remuneração básica do militar.
- C. () O valor do ADE será cumulativo, devendo o percentual apurado a cada Avaliação de Desempenho Individual (ADI) ser somado ao percentual anteriormente percebido pelo militar.
- D. () O ADE será incorporado aos proventos do militar quando de sua transferência para a inatividade, em valor correspondente ao máximo de 60% da sua remuneração básica, independentemente da quantidade de Avaliações de Desempenho Individual (ADÍ's) com desempenho satisfatório ao longo da carreira.

3ª QUESTÃO – Conforme disposto na Lei n. 5.301/69, que contém o Estatuto dos Militares do Estado de Minas Gerais, é CORRETO afirmar que o oficial somente perderá o posto ou patente quando:

- A. () Passada em julgado, condenação em virtude de sentença restritiva de direitos, por mais de 02 (dois) anos.
- B. () Assumir outro cargo público, após aprovação em concurso público de provas e de títulos.
- C. () Aceitar cargo público civil temporário, não eletivo, assim como em autarquia, empresa pública ou sociedade de economia mista.
- D. () Declarado indigno do oficialato ou com ele incompatível, em face de incapacidade moral ou profissional, pelo Tribunal de Justiça Militar, em tempo de paz, ou por tribunal especial, em tempo de guerra.

4ª QUESTÃO – De acordo com a Lei n. 14.310/02, que contém o Código de Ética e Disciplina dos Militares do Estado de Minas Gerais (CEDM), é CORRETO afirmar que:

- A. () Quando se tratar de falta ou abandono ao serviço ou expediente, o militar perderá os vencimentos correspondentes aos dias em que se verificar a transgressão, independentemente da sanção disciplinar.
- B. () Transgressão disciplinar é toda ofensa abstrata aos princípios da ética e aos deveres inerentes às atividades institucionais em sua manifestação elementar e simples, objetivamente especificada no CEDM.
- C. () Conforme a natureza, a gradação e as circunstâncias da transgressão, poderá ser aplicada a sanção de prestação de serviços de natureza preferencialmente operacional, correspondente a um turno de serviço semanal, que não exceda a 06 (seis) horas.
- D. () A sanção disciplinar objetiva preservar a disciplina e tem caráter repressivo e educativo e pode ser aplicada, independentemente e/ou cumulativamente com ela, a medida de cancelamento de matrícula, com desligamento de curso, estágio ou exame.

5ª QUESTÃO – De acordo com a Lei n. 14.310/02, que contém o Código de Ética e Disciplina dos Militares do Estado de Minas Gerais (CEDM), e com o Decreto Estadual n. 42.843/02, que regulamenta a concessão de recompensas e o Conselho de Ética e Disciplina Militares da Unidade – CEDMU, que trata a Lei n. 14.310/02, sobre o Conselho de Ética e Disciplina dos Militares da Unidade – CEDMU, é CORRETO afirmar que:

- A. () O CEDMU terá prazo de 05(cinco) dias úteis para analisar e emitir parecer em comunicações disciplinares, propostas de recompensas e recursos disciplinares e de 10 (dez) dias úteis para procedimentos administrativos regulares, contados a partir do recebimento da documentação oriunda da Secretaria, não se contando o dia do recebimento.
- B. () Poderá funcionar na Unidade, concomitantemente, mais de um CEDMU, em caráter subsidiário, quando o órgão colegiado previamente designado se achar impedido de atuar, podendo, o mesmo militar, compor mais de um Conselho, ao mesmo tempo, na Unidade.
- C. () Tratando-se de punição a ser aplicada pela Corregedoria, esta consultará qualquer CEDMU regularmente designado no âmbito da Unidade de Direção Intermediária do militar faltoso.
- D. () O CEDMU é o órgão colegiado designado pelo Comandante da Unidade, abrangendo até o nível de Companhia Especial, com vistas ao assessoramento do Comando nos assuntos de que trata o Código de Ética.

6ª QUESTÃO – A Comissão de Processo Administrativo-Disciplinar – CPAD – é destinada a examinar e dar parecer, mediante processo especial, sobre a incapacidade de militar para permanecer na situação de atividade ou inatividade na Corporação, tendo como princípios o contraditório e a ampla defesa. Considerando as disposições contidas na Lei n. 14.310/02, que contém o Código de Ética e Disciplina dos Militares do Estado de Minas Gerais (CEDM), sobre a CPAD, é CORRETO afirmar que:

- A. () A CPAD, em todos os casos, atendendo a circunstâncias especiais de caso concreto e reconhecendo a possibilidade de recuperar o acusado, poderá sugerir, ouvido o CEDMU, a aplicação da suspensão da demissão pelo período de 02 (dois) anos.
- B. () A arguição de impedimento de qualquer membro da CPAD poderá ser feita a qualquer tempo e a de suspeição até o término da primeira reunião, sob pena de decadência, salvo quando fundada em motivo superveniente.
- C. () A CPAD compõe-se de três militares de maior grau hierárquico ou mais antigos que o submetido ao processo, podendo compô-la integrantes do Quadro de Oficiais Policiais Militares – QOPM e do Quadro de Oficiais Complementar – QOC, sendo o presidente da CPAD o membro mais antigo, independente do quadro a que pertencer.
- D. () Será submetido a Processo Administrativo-Disciplinar o militar com menos de três anos de serviço que vier a cometer nova falta disciplinar grave, desde que classificado no conceito “C” e advertido formalmente que se encontrava em tal conceito antes da nova falta.

7ª QUESTÃO – Conforme disposto no Decreto Estadual n. 42.843/02, que regulamenta a concessão de Recompensas e o Conselho de Ética e Disciplina Militares da Unidade – CEDMU, que trata a Lei n. 14.310/02, que contém o Código de Ética e Disciplina dos Militares do Estado de Minas Gerais (CEDM), é CORRETO afirmar que:

- A. () Para a concessão do atestado de mérito, previsto na habilitação do processo da Medalha de Mérito Militar, é indispensável que o militar possua registros de bons e leais serviços prestados, ainda que não possua uma ficha de alterações dentro dos requisitos legais.
- B. () Independente da comenda, o militar indicado ao agraciamento deverá possuir, entre outros, requisitos, elevado conceito junto a seus superiores, pares e subordinados e uma ficha de alterações exemplar, com predominância de aspectos positivos.
- C. () A dispensa de serviço, para ser gozada fora da sede, fica condicionada às mesmas regras da concessão de férias previstas no Estatuto dos Militares do Estado de Minas Gerais.
- D. () A inovação, criação ou execução de atividade com extremo grau de dificuldade e complexidade, que tenha exigido uma dedicação além do normal, que denote inteligência e perspicácia relacionadas ao planejamento e à ação, além da inexistência de qualquer conduta negativa ou ilícita, são requisitos para a concessão de elogio decorrente da atividade administrativa.

8ª QUESTÃO – Conforme disposto no Decreto Estadual nº 46.297/13, que dispõe sobre o Regulamento de Promoção de Oficiais, é CORRETO afirmar que:

- A. () A promoção por ato de bravura decorre da ação praticada pelo Oficial, de maneira consciente e voluntária, com evidente risco à vida e da qual não se tenha beneficiado o agente ou pessoa de seu parentesco até 3º (terceiro) grau, cujo mérito transcenda em valor, audácia e coragem a quaisquer considerações de natureza negativa, porventura, cometidas, sendo concedida a partir da data do evento.
- B. () Equipara-se a ato de bravura o acidente decorrente de atuação do Oficial no serviço operacional ou administrativo em fato que, de qualquer forma, afete ou possa afetar a ordem pública, da qual resulte incapacidade definitiva para todos os serviços de natureza policial ou bombeiro-militar ou invalidez, mediante parecer da Junta Central de Saúde -JCS.
- C. () O Oficial que falecer em virtude de acidente no serviço ou em consequência do desempenho de atividade policial-militar ou bombeiro-militar poderá ser promovido ao posto imediato, mediante proposta do Comandante direto, após análise da CPO.
- D. () O Oficial incluído no Quadro de Acesso – QA e que for, posteriormente, julgado incapaz definitivamente para todos os serviços de natureza policial ou bombeiro - militar ou julgado inválido, em exame de saúde, deverá ser promovido, independente de vaga e data.

9ª QUESTÃO – Em conformidade com a Resolução n. 4.085/2010, que dispõe sobre a aquisição, o registro, o cadastro e o porte de arma de fogo de propriedade do militar, e o porte de arma de fogo pertencente à PMMG, é CORRETO afirmar que:

- A. () Estar processado por crime, doloso ou culposo, previsto em lei que comine pena máxima de reclusão, superior a dois anos, desconsideradas as situações de aumento ou diminuição de pena, é considerada situação impeditiva à autorização interna da PMMG para o militar adquirir arma de fogo, munição ou colete à prova de balas.
- B. () O militar poderá, no máximo, adquirir até 2 (duas) armas de porte de uso restrito, semiautomática, no calibre .40, sendo transferível a autorização para a aquisição ou para a venda de arma de fogo, munição e colete à prova de balas, mediante acordo particular entre os envolvidos.
- C. () A aquisição de arma de fogo, munição e colete à prova de balas, diretamente da fábrica, será precedida de autorização pela Polícia Federal e realizada, exclusivamente, mediante Plano de Aquisição da Polícia Militar, coordenado pela Diretoria de Apoio Logístico (DAL).
- D. () A quantidade de munição, por arma registrada, que cada militar poderá adquirir para fins de aprimoramento e qualificação técnica, exclusivamente na indústria, é de até 600 (seiscentas) unidades por ano.

10ª QUESTÃO – De acordo com a Resolução Conjunta n. 4.220/2012, que cria o Manual de Processos e Procedimentos Administrativos das Instituições Militares de Minas Gerais (MAPPA), sobre os procedimentos sigilosos, é CORRETO afirmar que:

- A. () Os processos e procedimentos sigilosos, após a determinação de arquivamento definitivo, deverão ser remetidos à SRH, ou seção equivalente, sendo indevida a criação de arquivos distintos nas Segundas Seções das Unidades, haja vista que as pastas funcionais dos militares já são protegidas pelo sigilo, de acesso restrito.
- B. () Os documentos de inteligência, tais como Informação, Avaliação, Informe, Pedido de Busca, Ordem de Busca, Relatório de Agente e Memória, deverão ser juntados aos autos de processos disciplinares, sob pena de cerceamento de defesa.
- C. () A classificação ou desclassificação do grau de sigilo de um processo ou procedimento requer a publicação de despacho administrativo para essa finalidade. Contudo, quando ocorrer a reclassificação do grau de sigilo, aproveitando-se da mesma portaria (mesmo número), apenas ocorrerá a publicação em Boletim adequado ao seu novo grau de sigilo, não sendo necessário qualquer despacho administrativo.
- D. () A publicação da portaria de processo/procedimento disciplinar sigiloso deve, em regra, ocorrer no início das apurações, contudo, em Boletim Reservado, para não prejudicar as apurações.

11ª QUESTÃO – De acordo com a Resolução Conjunta n. 4.220/2012, que cria o Manual de Processos e Procedimentos Administrativos das Instituições Militares de Minas Gerais (MAPPA), sobre o Relatório Reservado (RR), é CORRETO afirmar que:

- A. () O prazo para apresentação do RR é de 05 (cinco) dias úteis, iniciado a partir da observação ou do conhecimento do fato. A inobservância deste prazo não acarreta inviabilidade do processamento do RR perante a Administração Militar, mas tão somente, a eventual responsabilidade daquele que inobservou o prazo.
- B. () O Relatório Reservado possui a finalidade de levar ao conhecimento da autoridade competente fatos ou atos (notícias) contrários à disciplina militar, praticados por militar possuidor de precedência hierárquica em relação ao relator.
- C. () Ao relator é assegurada a não retaliação por parte do denunciado, apesar da tomada de medidas administrativas em desfavor do denunciante não estar condicionada à veracidade do fato denunciado.
- D. () Dada a finalidade do RR, o mesmo se caracteriza como um instrumento de fiscalização, indireto de todos os integrantes da corporação, valendo como meio para que o subordinado fiscalize o superior hierárquico no desempenho de suas funções.

12ª QUESTÃO – De acordo com a Resolução Conjunta n. 4.220/2012, que cria o Manual de Processos e Procedimentos Administrativos das Instituições Militares de Minas Gerais (MAPPA), sobre a sindicância para apuração de acidente com viatura, é CORRETO afirmar que:

- A. () Nos casos em que houver a instauração de apuração administrativa e Inquérito Policial Militar (IPM) para a apuração do acidente com a viatura, o encargo de sindicante e o encargo do IPM deverão recair, obrigatoriamente, em pessoas distintas, dada a independência das instâncias e a finalidade distinta de cada instrumento.
- B. () A sindicância instaurada em virtude de acidente com viatura visa somente apurar a eventual transgressão disciplinar relativa ao fato, ficando, o dano causado à viatura e a responsabilidade pelo ressarcimento ao erário como elemento eventual para subsidiar eventual responsabilização civil dos envolvidos apenas quando verificada, no caso concreto, a prática da transgressão disciplinar.
- C. () Em caso de recurso disciplinar, os autos da Sindicância Administrativa Disciplinar (SAD) que apurou o acidente de viatura somente serão remetidos à DAL, quando necessário, após a decisão final da autoridade superior recorrida, devendo esta manifestar acerca da existência ou não da transgressão disciplinar bem como sobre a imputação dos danos ao militar.
- D. () Ainda que as provas (materiais e testemunhais) existentes no local do acidente, devidamente incluídas no registro da ocorrência policial, demonstrarem com segurança que o nexo de causalidade aponta para a responsabilidade do pedestre ou condutor civil, não será dispensada a elaboração de Inquérito Policial Militar (IPM) quando aflorarem indícios da prática de infração penal militar.

13ª QUESTÃO – Com fundamento na Instrução Conjunta de Corregedorias nº 01 (ICCPM/BM nº 01/2014) – que estabelece padronização sobre as atividades administrativas e disciplinares no âmbito da PMMG e CBMMG, sobre as Equipes de Prevenção e Qualidade – EPQ, é CORRETO afirmar que:

- A. () As operações realizadas pela EPQ não serão divulgadas às Unidades, somente sendo remetido o relatório ao comando da Unidade supervisionada, no caso de incidência de transgressões e/ou delitos observados durante a atividade.
- B. () As EPQ tem o objetivo de reprimir os desvios de conduta dos integrantes das Instituições Militares, atuando veladamente, em suplementação ao dever de fiscalização e correção de atitudes inerentes a todos os militares.
- C. () Além de outras atribuições, competirá também à EPQ realizar a fiscalização e auditoria acerca do emprego e utilização das pistolas de emissão de impulsos elétricos e equipamentos correlatos.
- D. () Realizar a fiscalização da apresentação pessoal da tropa, sua postura e compostura, bem como o uso de armamento, equipamento, apetrechos e de peças de fardamento pelos militares, em observância às normas em vigor, constitui-se na atividade razão de ser da EPQ.

14ª QUESTÃO – De acordo com a Instrução Conjunta de Corregedorias nº 02 (ICCPM/BM nº 02/2014) – que estabelece padronização sobre as atividades de polícia judiciária militar no âmbito da PMMG e CBMMG, é CORRETO afirmar que:

- A. () O comparecimento espontâneo elidirá a lavratura do Auto de Prisão em Flagrante (APF), desde que forneça elementos necessários para a elucidação do fato delituoso.
- B. () Dentro em 48 horas após a prisão, caso o militar indiciado e autuado não informe o nome de seu advogado, deverá ser remetida cópia integral do Auto de Prisão em Flagrante (APF) para a Defensoria Pública.
- C. () Na autoria indefinida ou indeterminada, quando não se consegue determinar qual dos militares que, agindo em concurso de agentes, cometeu o crime, ainda que em flagrante delito, instaurar-se-á IPM para a apuração da autoria e materialidade do delito.
- D. () O procedimento do Auto de Prisão em Flagrante (APF) somente admite homologação de solução, uma vez que a ratificação ou não da voz de prisão em flagrante e o eventual amoldamento da conduta do militar conduzido ao tipo de ilícito constante do CPM dar-se-á mediante deliberação prévia da Autoridade de Polícia Judiciária Militar delegante (Comandante da Unidade).

15ª QUESTÃO – Considerando os Inquéritos sob segredo de justiça, com base na Instrução Conjunta de Corregedorias nº 02 (ICCPM/BM nº 02/2014) – que estabelece padronização sobre as atividades de polícia judiciária militar no âmbito da PMMG e CBMMG, é CORRETO afirmar que:

- A. () O IPM relacionado à investigação de caso grave e que requeira melhor atenção quanto ao grau de sigilo deve receber a classificação de “SIGILOSO”.
- B. () Se o militar investigado/indiciado for preso no curso do IPM, terá o encarregado o prazo de 20 (vinte) dias, contados da data da prisão, para encerrar a apuração, independente do prazo já transcorrido desde a instauração.
- C. () Os advogados dos militares indiciados/investigados não têm acesso aos documentos e provas inseridos e ordenados nos autos de IPM, dada a natureza sigilosa da investigação.
- D. () O Encarregado do IPM poderá designar mais de um Escrivão, nas investigações de maior complexidade e diante das circunstâncias de cada caso.

16ª QUESTÃO – Em conformidade com a Instrução Conjunta de Corregedorias Nº 03 (ICCPM/BM nº 03/2014) – que estabelece o alcance dos dispostos nos artigos 174 e 175, *caput*, do Manual de Processos e Procedimentos Administrativos (MAPPA), é CORRETO afirmar que:

- A. () Em que pese a obrigatoriedade do pronto acatamento à notificação para comparecer no dia e local determinado pelo Encarregado do processo/procedimento administrativo, ao militar acusado notificado será garantido o exercício do direito à não autoincriminação –direito de não constituir prova contra si – como, por exemplo, permanecer em silêncio, de não postar para reconhecimento pessoal, de não fornecer material para fins de perícia, dentre outros.
- B. () Havendo justo motivo, devidamente comprovado pelo Encarregado/Presidente do processo, como regra e ainda que contribua diretamente para a ocorrência da prescrição da pretensão punitiva, poderá ser procedida a paralisação dos atos processuais.
- C. () A concessão de licença saúde ao militar acusado conduz, necessariamente, à paralisação do respectivo processo disciplinar, tendo em vista que, além de constituir causa legal de suspensão da prescrição da pretensão punitiva os seus efeitos se ligam especificamente à vedação do cumprimento do serviço de natureza policial ou bombeiro militar.
- D. () O CEDM ou MAPPA exigem, nos processos demissionários, a presença do acusado durante a realização dos atos de instrução, cujo contraditório poderá, se preferir, ser exercido pelo defensor constituído.

17ª QUESTÃO – Em conformidade com a Resolução Conjunta nº. 4338/14, que dispõe sobre os parâmetros para declaração de ação legítima de militares estaduais em conformidade com o § 4º do art. 203 da Lei n. 5.301/69, que contém o Estatuto dos Militares do Estado de Minas Gerais (EMEMG), é CORRETO afirmar que:

- A. () A declaração da ação legítima decorrerá de uma análise técnico-jurídica de cada fato concreto, se dará de acordo com o livre convencimento racional da Autoridade Militar competente e apenas quando constatar que restou evidenciado que o militar praticou a conduta amparada por causa legal ou supralegal que exclua o crime.
- B. () Quando a declaração se der em decorrência de requerimento do militar, o ato terá seus efeitos a partir da data da protocolização do pleito junto à Administração Militar.
- C. () A competência para declarar a ação legítima é da Autoridade Militar que instaurou o competente procedimento apuratório, ainda que o militar seja transferido da Unidade após a instauração.
- D. () A declaração da ação legítima (ou ilegítima) será realizada por meio de ato administrativo da autoridade militar competente e não poderá se dar diretamente no ato de homologação/avocação da solução do Inquérito Policial Militar (IPM).

18ª QUESTÃO – Em conformidade com a Resolução nº 4.320/14, que regulamenta o direito de acesso à informação no âmbito da Polícia Militar de Minas Gerais, é CORRETO afirmar que:

- A. () Quando não for autorizado acesso integral à informação, por ser ela parcialmente sigilosa ou protegida, é assegurado o acesso à parte não sigilosa, por meio de certidão, extrato ou cópia, com ocultação da parte sob sigilo.
- B. () O acesso à informação não compreende o direito de obter orientação sobre os procedimentos para a consecução de acesso, bem como sobre o local onde poderá ser encontrada ou obtida a informação almejada no âmbito da PMMG.
- C. () Não serão atendidos, entre outros motivos, pedidos de acesso à informação que exijam trabalhos adicionais de análise, interpretação ou consolidação de dados e informações, ou serviço de produção ou tratamento de dados que não seja de competência do órgão ou entidade.
- D. () Por já se encontrar disponibilizado por meio digital no portal da PMMG, as Unidades não necessitam manter em suas sedes, em meio físico, as informações atinentes ao relatório estatístico com a quantidade de pedidos de acesso à informação recebidos, atendidos e indeferidos.

19ª QUESTÃO – Em conformidade com o Decreto-lei nº 1.001/69, que dispõe sobre o Código Penal Militar (CPM), é CORRETO afirmar que se amolda, em tese, ao delito tipificado como motim, previsto no CPM, a seguinte conduta:

- A. () Praticar o militar diante da tropa, ou em lugar sujeito à administração militar, ato que se traduza em ultraje a símbolo nacional.
- B. () Recusar obedecer a ordem do superior sobre assunto ou matéria de serviço, ou relativamente a dever imposto em lei, regulamento ou instrução.
- C. () Promover a reunião de militares, ou nela tomar parte, para discussão de ato de superior ou assunto atinente à disciplina militar.
- D. () Reunirem-se militares assentindo em recusa conjunta de obediência, ou em resistência ou violência, em comum, contra superior.

20ª QUESTÃO – De acordo com o estabelecido no Decreto-lei nº 1.001/69, que dispõe sobre o Código Penal Militar (CPM), é CORRETO afirmar que:

- A. () O mínimo da pena de reclusão é de um ano, e o máximo de trinta anos; o mínimo da pena de detenção é de trinta dias, e o máximo de dez anos.
- B. () No caso de lesões leves, o juiz pode considerar a infração como disciplinar.
- C. () Retardar ou deixar de praticar, ainda que devidamente, ato de ofício, ou praticá-lo contra expressa disposição de lei, para satisfazer interesse ou sentimento pessoal, amolda-se, em tese, ao delito de prevaricação previsto no CPM.
- D. () Não incorre na pena prevista para o crime de deserção, o militar que não se apresenta no lugar designado, dentro de oito dias, findo o prazo de trânsito ou férias.

21ª QUESTÃO – Em conformidade com o Decreto-lei nº 1.002/69, que dispõe sobre o Código de Processo Penal Militar (CPPM), sobre o Inquérito Policial Militar (IPM), é CORRETO afirmar que:

- A. () A testemunha não será inquirida por mais de cinco horas consecutivas, sendo-lhe facultado o descanso de meia hora, sempre que tiver de prestar declarações além daquele termo. O depoimento que não ficar concluído às vinte horas será encerrado, para prosseguir no dia seguinte, em hora determinada pelo encarregado do inquérito.
- B. () O inquérito será encerrado com sucinto relatório, em que o seu encarregado mencionará as diligências feitas, as pessoas ouvidas e os resultados obtidos, com indicação do dia, hora e lugar onde ocorreu o fato delituoso. Em conclusão, dirá se há indício de crime, pronunciando-se, neste último caso, justificadamente, sobre a conveniência da prisão provisória do indiciado, nos termos legais.
- C. () Se, por si só, for suficiente para a elucidação do fato e sua autoria, o auto de flagrante delito constituirá o inquérito, dispensando outras diligências, salvo unicamente o exame de corpo de delito.
- D. () O arquivamento de inquérito não obsta a instauração de outro, se novas provas aparecerem em relação ao fato, ao indiciado ou a terceira pessoa, ressalvados o caso julgado e os casos de extinção da punibilidade.

22ª QUESTÃO – De acordo com o Manual Técnico-Profissional 3.04.01/2013 - Caderno Doutrinário nº 1 - Intervenção Policial, Verbalização e Uso de Força, no que se refere ao pensamento tático, no texto abaixo complete as lacunas. A seguir, marque a alternativa que contém a sequência de respostas que completa CORRETAMENTE as lacunas, na ordem que aparecem.

O _____ consiste num diagnóstico que utiliza os dados e informações concretas obtidas por meio _____ de um 'teatro de operações' específico. Já o _____ ocorre antes da intervenção e consiste numa análise de possibilidades”

- A. () estudo preliminar – do pensamento tático – levantamento prévio.
- B. () preparo mental – do levantamento prévio – pensamento tático.
- C. () levantamento prévio – da análise preliminar – indicativo de nível de risco.
- D. () pensamento tático – da avaliação de riscos – preparo mental.

23ª QUESTÃO – De acordo com o Manual Técnico-Profissional 3.04.01/2013 - Caderno Doutrinário nº 1, toda ação policial deverá ser precedida de uma avaliação dos riscos envolvidos, que consiste na análise da probabilidade da concretização do dano e de todos os aspectos de segurança que subsidiarão o processo de tomada de decisão em uma intervenção.

Conforme o conteúdo do Caderno Doutrinário nº 1, é CORRETO afirmar que:

- A. () O *feedback* é a análise da relação custo-benefício da intervenção policial militar diante de cada situação de risco.
- B. () É possível afastar completamente o risco em uma intervenção policial, desde que utilize corretamente o preparo mental, o treinamento e a obediência às normas.
- C. () Na análise das vulnerabilidades, dentre outras questões, deve-se identificar pontos de foco e pontos quentes.
- D. () Toda intervenção envolve algum tipo de risco potencial que deverá ser considerado pelo policial militar e este risco é incerto, mas previsível.

24ª QUESTÃO – Marque alternativa CORRETA. Conforme preceitua o Manual Técnico-Profissional 3.04.01/2013 - Caderno Doutrinário nº 1, a comunicação é um processo de interação estabelecida no mínimo entre duas pessoas, construindo entre ambas um intercâmbio de sentimentos e ideias. Menciona ainda que **Verbalizar** significa expressar ou exprimir algo na forma de palavras.

A esse respeito, conforme descrito no Caderno Doutrinário nº 1, uma informação somente é eficaz quando apresenta, dentre outras, duas características fundamentais, que são:

- A. () Clareza e precisão.
- B. () Ênfase e coesão.
- C. () Força e alcance.
- D. () Ênfase e alcance.

25ª QUESTÃO – Ao realizar uma abordagem à pessoa suspeita, o policial militar deverá observar determinados fundamentos, descritos no Manual Técnico-Profissional 3.04.01/2013 - Caderno Doutrinário nº 1, visando potencializar suas ações e assegurar que o objetivo proposto seja alcançado.

A respeito desses fundamentos, conforme cita o Caderno Doutrinário nº 1, é CORRETO afirmar que:

- A. () A identificação do policial militar deve ser o primeiro aspecto da abordagem, possibilitando o efetivo acatamento às ordens pelo abordado.
- B. () A surpresa caracteriza-se por medidas que dificultam a percepção do abordado em relação ao policial militar.
- C. () A utilização da técnica de abordagem adequada para o número e tipo de abordado(s) é fator definidor do sucesso da atuação policial militar.
- D. () O uso adequado de armamentos e equipamentos deverá ser observado pelo policial militar, de acordo com as peculiaridades da abordagem.

26ª QUESTÃO – As posições de emprego de arma de fogo são técnicas que objetivam garantir a segurança do policial militar e causar impacto psicológico no abordado, proporcional ao nível de risco oferecido, de forma dissuasiva.

A esse respeito, de acordo com o Manual Técnico-Profissional 3.04.02/2013 - Caderno Doutrinário nº 2, é CORRETO afirmar que:

- A. () A arma localizada é a posição indicada para deslocamentos longos, pois minimiza o cansaço físico causado pelo peso da arma.
- B. () Ao visualizar um agressor armado, o policial militar apontará rapidamente a arma para o ponto quente (onde está a ameaça: arma de fogo, etc.) e manterá, ao mesmo tempo, o controle da área de risco.
- C. () Recomenda-se evitar iniciar as abordagens na posição de pronta-resposta, pois isso limita a alternância dos níveis de força, e ainda acarreta o risco de disparo acidental.
- D. () O policial militar somente deverá acionar a tecla do gatilho e efetuar disparo de arma de fogo contra um agressor após verbalizar, avaliar, apontar e decidir.

27ª QUESTÃO – No cotidiano operacional, o policial se depara com ambientes de baixa luminosidade, mesmo durante o dia. Nessas circunstâncias, a visão em profundidade e a percepção de detalhes ficam prejudicadas. O Manual Técnico-Profissional 3.04.02/2013 - Caderno Doutrinário nº 2, em seção específica, trata das técnicas de uso de lanterna, que é um recurso eficaz para ambientes de baixa luminosidade.

A esse respeito, conforme descrito no Caderno Doutrinário nº 2, é CORRETO afirmar que:

- A. () Ao passar de um ambiente iluminado para um de baixa luminosidade, ou vice-versa, o policial deve iniciar imediatamente o deslocamento, evitando ser percebido por eventuais abordados.
- B. () A lanterna deve ser utilizada em feixe contínuo, visando não haver perda de nenhuma situação que ocorra no cenário da abordagem.
- C. () O policial militar que encontra-se atrás de outro integrante de sua equipe, deverá manter constante o acionamento da lanterna, de forma a não ocupar suas mãos segurando o cinturão daquele que vai à frente.
- D. () Uma das principais utilidades da lanterna é o ofuscamento da visão do abordado.

28ª QUESTÃO – O Manual Técnico-Profissional 3.04.02/2013 - Caderno Doutrinário nº 2, trata da Tática Policial e enfatiza a abordagem a pessoas, bem como as ações que devem ser realizadas de forma preparatória e posteriores a esta intervenção, incluído o local de crime, peça fundamental para a investigação criminal.

Referente aos aspectos de atuação policial militar, decorrentes do Local de Crime, conforme descrito no Caderno Doutrinário nº 2, relacione a 2ª coluna de acordo com a 1ª coluna, e em seguida, marque a alternativa que contém a sequência de respostas CORRETA, na ordem de cima para baixo.

- | | | |
|----------------------|-----|--|
| 1. Local interno | () | Pontos e áreas de acesso ao local do crime. |
| 2. Local externo | () | Área compreendida por ambiente fechado, que preserva os vestígios da ação dos fenômenos da natureza. |
| 3. Local imediato | () | Área não restrita, e que não preserva os vestígios da ação dos fenômenos da natureza. |
| 4. Local mediato | () | Área que pode apresentar conexão com o crime e oferecer pontos comuns de contato (vestígios). |
| 5. Local relacionado | () | Área exata onde ocorreu o fato ou o crime. |

- A. () 4, 1, 2, 5, 3.
- B. () 5, 3, 4, 2, 1.
- C. () 5, 1, 2, 4, 3.
- D. () 4, 3, 5, 2, 3.

29ª QUESTÃO – A realização de busca pessoal ou veicular na operação de Blitz Policial é uma decisão do policial militar quando vislumbrar uma fundada suspeita, assunto tratado no Manual Técnico-Profissional 3.04.03/2013 - Caderno Doutrinário nº 3. Baseado no Caderno Doutrinário nº 3, avalie as assertivas abaixo.

- I. A revista no veículo deverá ocorrer mesmo antes do desembarque e da busca pessoal de todos os ocupantes do veículo, nos casos em que houver fundada suspeita e iminência de reação pelos abordados.
- II. A decisão para realizar a busca pessoal ou veicular é tomada por meio do desenvolvimento de competências, do tirocínio, da experiência e do discernimento adquiridos pelo policial durante a sua carreira.
- III. Com a finalidade de manter a postura mais técnica quanto ao emprego de armas e evitar a exposição desnecessária durante a operação, apenas o PM Segurança deverá empunhar o armamento portátil, ou de porte, de forma ostensiva.
- IV. Após decidir pela realização da busca nos ocupantes no veículo, evite posicioná-los na pista de rolamento.

São CORRETAS as assertivas:

- A. () II, e III, apenas.
- B. () I, II e IV, apenas.
- C. () II, III e IV, apenas.
- D. () I, III e IV, apenas.

30ª QUESTÃO – Está descrito no Manual Técnico-Profissional 3.04.03/2013 - Caderno Doutrinário nº 3, que trata da Blitz Policial, que o local e o horário de instalação da operação são aspectos importantes a serem observados no planejamento. O Manual traz ainda orientações para a distribuição de policiais, viaturas e equipamentos nas vias públicas, nas citadas operações.

Baseado nesses aspectos, nas assertivas abaixo marque (V) para as verdadeiras e (F) para as falsas. Em seguida, marque a alternativa que corresponde à sequência de respostas CORRETA, na ordem de cima para baixo.

- () Caso ocorra alguma eventualidade relevante, mantenha sempre sua avaliação de risco inicial, e continue a abordagem conforme planejado.
- () Os índices de criminalidade no local são aspectos que não interferem no planejamento da blitz.
- () A necessidade de apoio de outros órgãos públicos ou privados e a interferência da operação no fluxo de trânsito devem ser observadas na escolha do local da blitz.
- () No caso de blitz categoria 1 (efetivo de 2 ou 3 policiais, 1 viatura 4 rodas, armamento/equipamento convencional e para balizamento da pista), aborde somente um veículo de cada vez.

- A. () F, V, F, V.
- B. () F, F, V, V.
- C. () V, V, V, F.
- D. () V, F, F, F.

31ª QUESTÃO – Dentre as orientações para a realização de abordagem a veículos, previstas no Manual Técnico-Profissional 3.04.04/2013 - Caderno Doutrinário nº 4, são descritos os procedimentos a serem adotados quando da montagem do Dispositivo Tático em caso de utilização de duas viaturas com dois policiais na viatura principal e quatro policiais na viatura de apoio.

A esse respeito, conforme o conteúdo do Caderno Doutrinário nº 4, é CORRETO afirmar que:

- A. () O motorista da viatura de apoio, tão logo desembarque, deverá orientar o trânsito, balizando a passagem de veículos na direção do fluxo da via.
- B. () O comandante da viatura de apoio, tão logo desembarque, deverá se posicionar junto ao comandante da viatura principal, ficando responsável por sua segurança durante a verbalização.
- C. () A viatura principal deverá posicionar-se atrás do veículo abordado e a viatura de apoio irá parar à frente do dispositivo de abordagem, na direção do contra-fluxo da via, de maneira a orientar o trânsito durante a abordagem.
- D. () O quarto e último policial militar da viatura de apoio, tão logo desembarque, posicionar-se-á à retaguarda de todo o dispositivo, em posição de guarda baixa, e será o responsável pela segurança das duas guarnições.

32ª QUESTÃO – O emprego da Polícia Militar de Minas Gerais nas ocupações de imóveis urbanos e rurais está regulado pela Diretriz para Produção de Serviços de Segurança Pública nº 3.01.02/11-CG. Em um dos assuntos tratados na DPSSP, a Disciplina Tática é descrita como aquela exigida do profissional de segurança pública, o policial militar, e é um fator decisivo para o sucesso das ações e operações desencadeadas.

Conforme descrito na DPSSP nº 3.01.02/11, é CORRETO afirmar que é atributo da disciplina tática:

- A. () A rapidez e surpresa.
- B. () O treinamento específico.
- C. () A eliminação do imprevisto.
- D. () A priorização de objetivos.

33ª QUESTÃO – Um dos itens que integram a execução das ações de desocupação de imóveis, previstos na Diretriz para Produção de Serviços de Segurança Pública nº 3.01.02/11-CG, diz respeito ao emprego operacional da(s) unidade(s) envolvida(s) na missão.

Para este emprego operacional, alguns aspectos devem ser considerados na elaboração do planejamento. A respeito de tais aspectos, relacione a 2ª coluna de acordo com a 1ª, e em seguida, marque a sequência de respostas CORRETA, na ordem de cima para baixo.

- | | |
|---------------------------|--|
| 1. Fatores Determinantes | () Coordenação dos esforços e proteção aos PM lançados na operação. |
| 2. Fatores Componentes | () Gravidade e repercussão. |
| 3. Fatores Condicionantes | () Disponibilidade de recursos. |
| | () Dia da semana e horário para início da operação. |
| | () Espaço e mobilidade de atuação do policiamento. |
- A. () 3, 2, 2, 3, 1.
 B. () 1, 2, 3, 1, 2.
 C. () 3, 1, 2, 1, 3.
 D. () 2, 1, 3, 3, 2.

34ª QUESTÃO – De acordo com a Diretriz para Produção de Serviços de Segurança Pública nº 3.01.02/11-CG, que regula o emprego da PMMG nas ocupações de imóveis urbanos e rurais, é importante delimitar o local onde se dará a atuação policial, pois o conhecimento geográfico, bem como das peculiaridades do imóvel ocupado, é de vital importância para o sucesso de qualquer atuação policial nesse sentido.

Conforme descrito na DPSSP nº 3.01.02/11, alguns fatores de identificação do local devem ser apontados para o efetivo emprego policial militar. Acerca desses fatores, avalie as assertivas abaixo:

- I. Possíveis locais de pouso para aeronaves de asas rotativas.
- II. Condições topográficas do terreno (preferencialmente, a tropa deve ser postada no terreno no mesmo nível dos ocupantes).
- III. Possíveis condições meteorológicas.
- IV. Proximidade com aglomerados urbanos, hospitais, escolas, locais de risco.

São CORRETAS as assertivas:

- A. () I, II e III, apenas.
 B. () I, III e IV, apenas.
 C. () II, III e IV, apenas.
 D. () Todas são corretas.

35ª QUESTÃO – A Diretriz para Produção de Serviços de Segurança Pública nº 3.01.03/10, define como um de seus objetivos gerais “estabelecer diretrizes de atuação da PMMG na preservação da ordem pública, orientadas à prevenção da demanda e da oferta de drogas em âmbito do Estado de Minas Gerais”. No desenvolvimento de tais diretrizes, são estabelecidas ferramentas no campo da prevenção da demanda e ferramentas no campo da prevenção da oferta de drogas.

A esse respeito, marque a alternativa CORRETA.

- A. () A reação policial qualificada, incluída como ferramenta no campo da prevenção da demanda de drogas, é indicada para qualquer ambiente, especialmente àqueles considerados de risco pela incidência de tráfico e/ou crimes conexos.
- B. () O Programa Educacional de Resistência às Drogas (PROERD), integra as ferramentas no campo da prevenção da demanda.
- C. () A Patrulha de Prevenção às Drogas, orientada pela prevenção primária e secundária de drogas, integra o rol de ferramentas no campo da prevenção da oferta de drogas.
- D. () A principal estratégia contra a dependência química de jovens e adultos é a repressão qualificada do uso e posse para uso, que integra o conjunto de ferramentas no campo da prevenção da oferta.

36ª QUESTÃO – Conforme preceitua a Instrução nº 3.03.07/10, a Base Comunitária – BC é um serviço policial preventivo prestado por uma equipe de policiais militares para aplicação do Policiamento Orientado para o Problema (POP), com o apoio da comunidade.

Acerca das missões da BC, de aspecto geral, particular e eventual, de acordo com o conteúdo expresso na Instrução nº 3.03.07/10, marque a alternativa CORRETA

- A. () É missão da BC realizar a análise estatística da incidência de violência e criminalidade em sua área de emprego, utilizando o geoprocessamento para planejamento dos locais de atuação.
- B. () Não é missão da BC acionar os órgãos públicos e as entidades do terceiro setor para solucionar os problemas identificados, especialmente aqueles relativos à desordem pública, física ou moral.
- C. () É missão da BC promover atividades de comunicação organizacional para divulgar serviços preventivos, utilizando principalmente o painel de avisos comunitários (CELOTEX).
- D. () Não é missão da BC desenvolver subsidiariamente o policiamento ostensivo geral em eventos de alta complexidade (grande proporção, repercussão ou catástrofe), após planejamento da Unidade de Execução Operacional (UEOp) ou da Unidade de Direção Intermediária (UDI) especificando o serviço preventivo a ser realizado, conforme metodologia do Sistema de Comando de Incidentes (SCI).

37ª QUESTÃO – A Instrução nº 3.03.07/10 estabelece que a Base Comunitária Móvel (BCM) terá, em sua primeira linha de atuação, dois objetivos: criar procedimentos de operacionalização para implantação da filosofia de polícia comunitária e assessorar o Cmt e os policiais militares da Cia PM onde estiverem atuando, de forma que, quando da retirada da equipe da BCM, possam, aqueles policiais militares, continuar e aprimorar os trabalhos realizados.

A respeito do conceito de atuação da BCM, avalie as assertivas abaixo.

- I. Mensalmente, o Cmt de Cia e o Cmt da BCM reunir-se-ão para elaboração do plano de atuação e avaliação dos resultados alcançados pelos projetos desenvolvidos.
- II. A área de atuação em que a BCM desenvolverá seus serviços deverá ser definida, em virtude do problema diagnosticado pela P/3 da UEOp e, preferencialmente, abrangendo o maior número de bairros em uma mesma região.
- III. Será o Cmt de Cia PM, em conjunto com a Seção de Emprego Operacional (P/3) e Cmt da BCM, o responsável pela elaboração do plano de ação da equipe da BCM em postos da subunidade, sob coordenação do Subcmt da UEOp.
- IV. Levar-se-á em consideração para priorização das áreas de atuação da BCM, dentre outros aspectos, a formalização do pedido de policiamento produzido pelos agentes comunitários locais.

São CORRETAS as assertivas:

- A. () I, II e IV, apenas.
- B. () II e III, apenas.
- C. () II e IV, apenas.
- D. () I e III, apenas.

38ª QUESTÃO – O Planejamento prospectivo ou ofensivo é o que mais se adequa à realidade da Polícia Militar, pode estar voltado para as contingências e para o futuro da organização. Consiste na tomada antecipada de decisões, de decidir agora o que fazer, antes que ocorra a ação necessária.

Para bem cumprir suas atribuições legais, os responsáveis pelo planejamento devem primar pela observância de certos princípios básicos.

De acordo com a Diretriz para Produção de Serviços de Segurança Pública nº 3.01.01/2010, que regula o emprego operacional da PMMG, no tocante a alguns dos princípios básicos do planejamento, relacione a 2ª coluna de acordo com a 1ª coluna e, em seguida, marque a alternativa que contém a sequência de respostas CORRETA, na ordem de cima para baixo.

- | | | |
|-------------------|-----|---|
| 1. Integralidade | () | É fundamental a concentração de esforços preventivos, atendendo a variáveis sócio-espaciais, em curto e médio prazos. |
| 2. Coerência | () | Consistência e adequação às exigências de administrar os recursos públicos de forma efetiva. |
| 3. Sistemática | () | As ações devem ser permanentes e sujeitas à avaliação constante. |
| 4. Simultaneidade | () | Conjunto de ações que devem ser desenvolvidas em quatro âmbitos: policial-operativo, sócio-comunitário, legislativo-judicial e informações. |
| 5. Focalização | () | A complexidade do problema e suas manifestações exigem uma ação coordenada e ao mesmo tempo em diversos planos e setores. |

- A. () 1, 2, 3, 5, 4.
 B. () 3, 4, 1, 2, 5.
 C. () 5, 2, 3, 1, 4.
 D. () 4, 3, 1, 2, 5.

39ª QUESTÃO – De acordo com o que preceitua a Diretriz nº 3.02.02/2009, que estabelece diretrizes gerais para as atividades de coordenação e controle a serem realizadas no âmbito da PMMG, nos níveis estratégico, tático e operacional, é CORRETO afirmar que:

- A. () Dentre as variáveis das atividades de coordenação e controle, destacam-se as formas de controle, que são classificadas em Controle Interno e Controle Externo.
- B. () Nas ações de controle interno são considerados apenas os aspectos preventivo, que objetiva dissuadir e evitar erros e omissões, e corretivo, que se destina a investigar e corrigir desvios.
- C. () Compete ao Ministério Público Estadual, dentre outras atribuições, a fiel execução dos recursos orçamentários, financeiros e patrimoniais da Polícia Militar e de diversos órgãos da administração pública no âmbito do Estado.
- D. () O controle interno, além de acompanhar a execução dos planos e ordens, bem como avaliar os resultados alcançados, visa criar condições indispensáveis para assegurar a eficácia do controle externo.

40ª QUESTÃO – A Diretriz 3.02.05/2014, que regula a estruturação e o funcionamento de Conselhos Comunitários de Segurança – CONSEP, define aspectos referentes ao processo eleitoral do Conselho. A esse respeito, é CORRETO afirmar que:

- A. () Podem concorrer ao cargo de Presidente de CONSEP, com sua respectiva chapa, quaisquer cidadãos que tenham se cadastrado quando da instalação do CONSEP, desde que resida na área de abrangência do Conselho.
- B. () Militares da ativa somente poderão exercer junto aos CONSEP a função de Conselheiro Técnico.
- C. () As eleições devem ocorrer somente por cidadãos quites com a Justiça Eleitoral, identificados com o título de eleitor e devidamente cadastrados, sendo desnecessários outros documentos ou comprovantes.
- D. () A confirmação do domicílio dos eleitores cadastrados deverá ser realizada pelo representante da PMMG, no ato do cadastro.

Corte aqui

RASCUNHO – GABARITO DO CANDIDATO

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40